

POLÍTICAS HABITACIONAIS PARA A BAIXA RENDA NO BRASIL POPULISTA E DITATORIAL: OS PROCESSOS DECISÓRIOS DE CIMA PARA BAIXO E A CONTRIBUIÇÃO DA CIDADE DE RECIFE NESSA DISCUSSÃO

Housing Policies For Low Income People In The Dictatorial And Populist Brazil: The Top Down Approaches And The Contribution Of The City Of Recife In This Discussion

Caroline Gonçalves dos Santos

Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário CESMAC

santoscarolineg@yahoo.com.br

Resumo

Este trabalho aborda o tratamento estatal conferido a questão habitacional da população de baixa renda no Brasil entre as décadas de 1930 a 1960, que é fundamental para o reconhecimento de uma primeira geração de políticas habitacionais, que se dá a partir de um forte discurso populista em que se difunde a ideia da casa própria. Esta pesquisa segue uma perspectiva histórica, absorve a contribuição da cidade de Recife nesse debate e observa que a partir desse período o Estado assumiu com continuidade a reponsabilidade da provisão de habitação para a baixa renda. Entretanto esteve muito distante dessa população e do seu modo de viver, tentando impor hábitos que não faziam parte do seu cotidiano, originando novos problemas e suscitando uma nova geração de políticas habitacionais.

Palavras-chave

Questão da moradia, populismo, baixa renda.

Abstract

This work discourses about the treatment given by the state to housing issue of low income population in Brazil between the 1930s and 1960s, which is fundamental for the recognition of a first generation of housing policies that occurs from a strong populist discourse that spreads the idea of home ownership. This work follows a historical perspective, absorbs the contribution of Recife city and observes that from that period the state took continue responsibility in the provision of low income housing. However this was far from population and their way of life, trying to impose

habits that were not part of their daily lives, giving rise to new problems leading to a new generation of housing policies.

Keywords

Housing issue, populism, low income.

1. Introdução

O problema habitacional brasileiro reflete uma questão estrutural, resultante da formação da nossa sociedade e do nosso Estado. Foi-se construindo, intensificou-se e revelou-se no decorrer desses anos. Os primeiros impactos sofridos datam da promulgação da Lei de Terras de 1850, que transforma a terra em mercadoria, seguido da abolição da escravatura, em 1888, que transforma, desta vez, o trabalho em mercadoria, colocando significativa parcela da população na busca de emprego e moradia na cidade. Ainda no século XIX, as demandas sociais por habitação e infraestrutura urbana já eram bastante significativas, porém não foram atendidas, deixando imigrantes, mulatos e descendentes de escravos sem acesso a esses bens e direitos.

A partir de então, vão ser assistidas as primeiras ocupações irregulares, afastadas dos centros urbanizados, em direção à periferia. E mesmo na transição da economia agroexportadora para a da industrialização, na passagem do século XIX para o século XX, as políticas industrializantes não alteraram, de forma expressiva, o modo com que as cidades produziam a segregação socioespacial, desde o período anterior (FERREIRA, 2009).

Sendo as políticas públicas o meio utilizado para enfrentamento dessa questão, as políticas habitacionais tornam-se, então, fundamentais para garantir as condições de acesso à moradia para as várias faixas de renda da população, especialmente a de baixa renda e, ao longo dos anos, diversos direcionamentos para lidar especificamente com essa problemática podem ser identificados.

Este trabalho dedica-se a abordar os direcionamentos do período compreendido entre a década de 1930 e a década de 1960, uma vez que este é crucial para o entendimento de uma primeira geração de políticas públicas voltada para a habitação de baixa renda, em que as propostas de reforma estrutural eram caracterizadas pelo controle do processo decisório de cima para baixo, tradução do termo original *top-down*. Inclui também as experiências e contribuições da cidade de Recife, capital do estado de Pernambuco, para essas políticas, que é uma das cidades referências nas discussões e luta pela moradia no Brasil.

No entanto, cabe ressaltar, que para melhor compreensão da relevância e impacto da produção de política habitacional e das intervenções do Estado nesse período no cenário das políticas habitacionais recentes, serão antes tratados os precursores históricos dessa fase, bem como seus desdobramentos.

2. Precursores históricos da primeira geração de políticas habitacionais

Como mencionado, a questão da moradia enquanto crise do atendimento a toda população demandante desse bem é bastante antiga. A cidade do Recife também sente os impactos da Lei de Terras e da abolição da escravatura e o consequente incremento populacional. Para melhor exemplificar, cita-se Freyre (1951): "Enquanto as senzalas diminuía de tamanho, engrossavam as aldeias de mocambos¹ e de palhoças, perto dos sobrados e das chácaras. Engrossavam, espalhando-se pelas zonas mais desprezadas das cidades".

No entanto, o direcionamento de políticas públicas a esse problema da moradia é mais recente. Até a década de 1930 – marcadamente até o final da Primeira Guerra Mundial – a responsabilidade da provisão de habitações, inclusive para a classe trabalhadora, tanto em países em desenvolvimento como nos países desenvolvidos, cabia ao mercado. Segundo Farah (1990), evitava-se qualquer ação estatal referente à produção de moradia que pudesse significar competição com o setor privado. Ao Estado cabia, exclusivamente, a regulamentação das construções habitacionais.

Com o fim da Primeira Guerra, ampliou-se a intervenção do Estado no âmbito da regulamentação, através do controle de aluguéis e do subsídio direto à construção, sob a pressão da mobilização dos trabalhadores e em razão do setor privado não estar conseguindo atender a demanda, situação esta que foi entendida como temporária. Nesse período, a moradia de aluguel predominava dentre as modalidades de habitação de mercado formal, enquanto parcela significativa dos pobres urbanos, que não alcançava esse tipo de moradia, produzia suas próprias residências através da autoconstrução.

No entanto, as unidades habitacionais autoconstruídas muitas vezes não levavam em consideração – por limitações econômicas, de conhecimentos técnicos e até mesmo culturais – os parâmetros mínimos de ventilação e iluminação, que são

¹Mocambo: s.m., esconderijo, refúgio dos escravos fugidos. No entanto, poucas vezes será este o sentido utilizado pelos diversos estudos. A palavra mocambo, dada pelos próprios negros às suas rudimentares habitações, está sendo usada com o significado extensivo a todas as habitações pobres (Lira, 1994).

alguns dos quesitos básicos para garantir a salubridade da moradia. Assim, começaram a se tornar alvos de denúncias por engenheiros e médicos, que tinham como embasamento um discurso higienista de preocupação com a saúde pública urbana.

Para os casos identificados como construções irregulares, a solução estatal era a demolição, sem uma política pública clara de reassentamento, enquanto a provisão da nova unidade permanecia como responsabilidade do setor privado. Assim, a demolição não foi seguida por uma realocação imediata da população para nova área servida de infraestrutura e serviços, de maneira que a principal reação dos moradores expulsos frequentemente foi de voltar, de modo gradual, para suas áreas, ou ocupar novos assentamentos em condições similares aos anteriores.

Sendo assim, destaca Gilbert e Gugler (1992) que os principais resultados dessa política foram: aumento no custo do transporte – em razão do aumento da distância do local de trabalho para o local de abrigo –, de aluguéis e serviços – em virtude do aumento da demanda, mas não da oferta, além do rompimento dos laços de vizinhança e redes sociais informais.

Diante do exposto, vê-se que até a década de 1920, a questão da moradia era um problema a ser constatado pelos médicos sanitaristas e engenheiros, para posterior posicionamento do Estado, que sem discutir a causa, seguia direto à ação de demolição do que seria o “mal” para sociedade.

Somente a partir da década de 1930, iniciou-se um discurso de suplemento às iniciativas privadas no setor habitacional, por parte do Estado, no intuito de auxiliar no que seria uma fase transitória de dificuldades de atuação do mercado.

3. Política pública habitacional em 1930 e a provisão privada com apoio estatal

Começa a se desenvolver no Brasil uma visão sobre os problemas urbanos, frequentemente associados ao crescimento caótico das cidades e que se manifestam principalmente através do saneamento, transporte e habitação.

Uma vez que se percebeu que o mercado não conseguia atender a população de baixa renda nas suas demandas por habitação e tudo que a mesma engloba – quando na verdade nem ao menos se interessava, haja vista que a margem de lucro era irrisória – as massas urbanas populares começam a se formar e tomar voz.

A década de 1930 foi, portanto, crucial no que se refere ao início do debate sobre a intervenção estatal no setor habitacional, uma vez que a Revolução de 30, que correspondeu a uma ruptura na hegemonia política da oligarquia cafeeira permitiu

espaço para a assunção do populismo de Vargas, que levou posteriormente o país à ditadura.

O populismo trata-se, segundo Ianni (1989, p. 105) de um movimento de massas, com partido político policlassista, sendo o sindicato tutelado pelo poder público e a liderança carismática, decorrendo, também, "a utilização de linguagem demagógica, nacionalismo econômico, desenvolvimentismo, reformismo, governo populista, democracia populista, ditadura populista e Estado populista".

De modo que resultou em um compromisso assumido por Vargas entre as novas massas urbanas e o Estado. Nesse contexto político os trabalhadores foram reconhecidos e tiveram seus direitos protegidos. Vargas afirmava que os anseios da população por propriedade da moradia e alimentação adequada eram legítimos, e difundiu assim a ideia da casa própria (GOMES, 1999).

Diz-se que: "A casa própria, mesmo quando se trata de um simples embrião de alvenaria sem revestimento, é motivo de grande segurança e sensação de progresso pessoal para o trabalhador" (ANDRADE; AZEVEDO, 1980, p. 26). De modo que impacta diretamente no modo de viver e nas formas de se relacionar de todo cidadão.

O populismo varguista buscou então, atender a demanda por moradia dos trabalhadores, ao tempo em que passou a controlar as relações entre trabalhadores e patrões. O trabalhador pensaria duas vezes antes de organizar uma greve, já que a sua prioridade seria a casa própria. Prevaleceria assim, a lógica conciliatória e o esvaziamento de conflitos.

Corti (2005) aponta que é uma época marcada por forte sentimento nacionalista e pela centralização do poder estatal, além disso, a aliança com a hierarquia militar e com setores das oligarquias criaram as condições para o golpe político de Vargas em 1937, instaurando a ditadura e inaugurando o período conhecido por Estado Novo. A justificativa dada pelo presidente foi a necessidade de impedir um "complô comunista", que ameaçava tomar conta do país.

O grande ganho para as cidades, independente dos interesses por trás de se evitar mobilizações de pessoas descontentes com a situação vivenciada, foi que a partir desse momento, entendeu-se que não era mais aceitável intervir nos espaços urbanos considerados problemáticos sem considerar a sua população, "não seria mais sustentável incendiar as zonas urbanas ocupadas irregularmente ou simplesmente expulsar os pobres" (VALLADARES, 2005, p. 61).

O setor privado continuou como o principal provedor de habitação, mas o Estado passou a intervir mais veementemente no mercado habitacional de

financiamento, acreditando que os problemas de construção e ocupação ilegais poderiam ser resolvidos através do reassentamento da população, em novas unidades habitacionais, sob um padrão mínimo.

Então, é importante salientar que, na década de 1930 o Estado assumiu com continuidade alguma responsabilidade na provisão de habitação para a classe operária urbana, através da criação dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs). Os IAPs foram as primeiras instituições públicas a tratar da questão habitacional, ao colocar a habitação entre os direitos básicos dos trabalhadores, embora suas finalidades primeiras fossem proporcionar benefícios previdenciários (aposentadorias e pensões) e assistência médica (COHN, 1981).

Os IAPs reuniam categorias profissionais e, a partir de 1937, ficaram autorizados a criar carteiras prediais que definiria o modo operacional de cada instituição no setor habitacional, e a destinar até metade dos seus recursos para o financiamento de construções (FARAH, 1983 apud BONDUKI, 2004).

No estado de Pernambuco, as carteiras prediais dos IAPs se articularam a uma campanha criada pelo governo de Agamenon Magalhães em 1939: a Liga Social Contra o Mocambo. A liga a princípio destinava-se a promover a extinção desse tipo de moradia bastante característica nesse estado e que se proliferava em áreas alagadiças como forma de morar do pobre (ver Figura 1), mas ao se articular ao IAP buscava incentivar a construção de casas populares dotadas de condições higiênicas e de fácil aquisição. Decorreu-se, então em Pernambuco, uma explosão de construção de vilas habitacionais destinadas às entidades profissionais e segmentos profissionais não organizados (LIRA, 1994; PONTUAL, 2001).



Figura 1 – Mocambos em Santo Amaro, Recife/PE.

Fonte: Museu da cidade do Recife, s/d.

Acreditava-se que, através da promoção de habitações adequadas, os pobres poderiam ser agrupados e reeducados para viver em um ambiente de condições satisfatórias, elevando o nível de civilização com o intuito de alcançar a tranquilidade social (DE SOUZA, 1994).

Em Recife as construções dessas vilas se deram principalmente ao Norte e Noroeste, proporcionando significativa expansão da cidade em direções distantes do centro (PONTUAL, 2001). A qual posteriormente foi intensificada por ocupações irregulares, principalmente sobre os morros e margem do rio Capibaribe, daqueles que não podiam esperar para ter sua casa reerguida, uma vez que a reconstrução não se dava no mesmo ritmo da demolição.

Cabe salientar que como os IAPs no Brasil estavam estruturados reunindo determinados grupos profissionais, tiveram dificuldades em atingir a demanda dos mais pobres. A população que estava de fora dessa política habitacional permanecia adotando as formas peculiares que lhes cabiam para alcançar um abrigo. Ou seja, percebe-se que essa política não resolveu exatamente o problema do pobre que teve sua casa demolida, mas como já exposto, de outros habitantes que também demandavam por moradia.

Acrescenta-se também que nesse período as decisões e intervenções são frutos de diagnósticos gerais, replicados na esfera local de cidades em contextos diferenciados, sem a participação da população, ou seja, as decisões são tomadas por autoridades que têm certo controle do processo e decidem quais e como serão implementadas as políticas (MAZMANIAN; SABATIER, 1983).

Com isso, as ações resultantes dessa política habitacional, em muitos casos, afastaram a população trabalhadora de áreas centrais, ampliando e não resolvendo a problemática relacionada aos aumentos com custos de transporte e atendimento do saneamento, como se pôde ver no caso de Recife.

É importante salientar que os IAPs se sustentaram até 1964. Quando extintos, as unidades foram vendidas para os moradores (SOUZA, 1990). Ainda assim, foi notável sua grande contribuição na década de 1930, para levantar a discussão da necessidade de intervenção estatal e a inclusão da moradia entre os direitos básicos dos trabalhadores.

A Liga em Pernambuco, por sua vez, representou uma iniciativa inédita de política habitacional e contribuiu decisivamente para a transformação da paisagem da cidade do Recife, na qual era bastante significativa a presença dos mocambos.

4. Política pública habitacional em 1940 e 1950 e a transição entre provisão privada e provisão pública

O início da década de 1940 ainda foi marcado pelo autoritarismo da ditadura de Vargas e seguido de um momento de grandes consequências para a questão habitacional, o congelamento de aluguéis, através da Lei do Inquilinato, em 1942.

A lei tinha por objetivo diminuir o peso dos custos de vida dos trabalhadores, no entanto, pressiona os locadores a despejar os locatários, uma vez que não se apresenta vantagens mercadológicas, mantê-los por baixos valores mensais. Cabe ressaltar que a lei era para durar 2 anos, porém, com várias adaptações ao longo do tempo, durou até 1964.

Além disso, cabe salientar que no contexto internacional viviam-se os impactos da Segunda Guerra Mundial, que nos seus últimos anos foi marcada também pelo início aos incentivos à reconstrução e expansão das cidades europeias e do capitalismo. De modo que, firmou-se, em 1944, o acordo de Bretton Woods, em que se estabeleceram o Banco Mundial com o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Tornaram-se operacionais a partir de 1946, quando vários países ratificaram o acordo, e tinha por objetivo a reconstrução dos países arrasados na guerra (ANTONINI, 2007).

Foram criados como instituições complementares, mas com papéis delimitados. Ao FMI, caberia a responsabilidade de fixação das políticas monetárias, fiscal e cambial de curto prazo e o monitoramento da dívida externa e, ao Banco Mundial, cabia a responsabilidade sobre os empréstimos para infraestrutura, gastos públicos, políticas de preço e aperfeiçoamento da eficiência de uso dos recursos pelos países acordados (Ibid.).

No entanto, como envolvia grandes interesses norteamericanos, diante da expansão das influências soviéticas nos anos seguintes sobre o Leste Europeu, reforçaram os cuidados estadunidenses, que se viram obrigados a acelerar o processo de reconstrução da Europa, que era atribuição do Banco Mundial, elaborando o Plano de auxílio econômico, que ficou conhecido como Plano Marshall. Desse modo, o Banco Mundial reformulou suas atribuições e começou a orientar empréstimos e assistência técnica para promover o crescimento econômico dos países em desenvolvimento. Para evitar qualquer descrédito relacionado à credibilidade do BIRD, enquanto uma instituição financeira, em 1960 criou a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que fornecia empréstimos exclusivamente para países pobres (Ibid.).

Nesse contexto, pós Segunda Guerra Mundial, o modo de produção fordista, que surgiu ainda na Primeira Guerra Mundial, toma força aliado à escola de pensamento keynesiana, na qual se defendia que o Estado deveria assumir novos papéis.

O fordismo, mais do que um novo tipo de organização da força de trabalho, representou um estilo de vida, caracterizado principalmente pela produção e consumo de massas e altos salários. Aliado a um Estado que assumiria a responsabilidade sobre os vários setores de serviços, garantindo padrões mínimos de educação, saúde, renda, habitação e seguridade social aos cidadãos, o Estado do bem-estar social, modelo que se apresentou de forma diferenciada entre países desenvolvidos, e coloca-se que, em países em desenvolvimento, sua crise chegou antes que fosse de fato implantado.

Observa-se assim que com o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, o mundo foi tomado pelas ideias democráticas, de modo que o regime autoritário brasileiro já não podia se manter (CORTI, 2005). Segundo Farah (1990) a partir desse período os governos de países em desenvolvimento consolidaram um novo modelo de provisão de habitações, no qual se redefiniu a participação do setor público e privado, sendo possível identificar uma nova fase: a de provisão pública direta.

De uma forma ou de outra, esta fase é de grande influência do Estado do bem-estar social. Os governos foram paulatinamente percebendo que não conseguiam atender a realocação do crescente número de ocupações ilegais, através da sua política de remoção para reconstrução pelo setor privado, e tomaram para si a responsabilidade de garantir o acesso à moradia, no seu sentido mais amplo.

Enquanto o período anterior mereceu destaque por representar o início da discussão acerca da intervenção estatal, o período que se segue é relevante pela ênfase ainda maior na habitação como condição básica para reprodução da força de trabalho. Ainda com forte influência do movimento higienista, o programa nacional de erradicação de favelas, no país, foi intensificado, de modo que as famílias deveriam ser realocadas em conjuntos habitacionais.

Essa fase é marcada principalmente pelas consequências do congelamento de aluguéis, através da Lei do Inquilinato, em 1942, em que tanto os produtores de moradia quanto os inquilinos foram prejudicados, e pela criação da Fundação da Casa Popular (FCP), no governo do Presidente Dutra, em 1946, que foi o primeiro órgão concebido, no âmbito federal, direcionado exclusivamente a solucionar o problema habitacional.

Como se pode observar, esse órgão é criado em um contexto pós Segunda Guerra Mundial e de forte crise habitacional. Trata-se, portanto, de uma tentativa, por parte do Estado, de responder a uma demanda numerosa e crescente por moradia. É a fase também do discurso de maior intervenção estatal, proporcionado pela escola de pensamento keynesiana.

Os propósitos da FCP incluíam: 1. O financiamento de infraestrutura, a saber, abastecimento de água, esgotamento sanitário, fornecimento de energia elétrica, 2. Assistência social, 3. Suprimento da indústria de materiais de construção, no caso em que houvesse falhas no mercado, 4. Construções de casas populares de iniciativa individual, municipal ou de empresas, destinadas à venda ou locação para trabalhadores, sem fins lucrativos, e 5. Realização de estudos e pesquisas sobre métodos e processos para o barateamento de construção, tipos de habitação adaptados às especificidades regionais, quanto ao clima e processos construtivos (BRASIL, Decreto-Lei, 9.218/1946).

Como se pode destacar, a habitação aparece praticamente como um equipamento industrial, sob a forma das vilas operárias. De modo que incorpora as demandas dos setores populares e dos setores capitalistas vinculados à indústria de materiais de construção e da construção civil.

Melo (1990) constata que esses objetivos eram restringidos a casos tidos como excepcionais. Houve um boom construtivo nessa fase, mas, no entanto, não significava ainda uma solução para a crise de habitação. Em decorrência desse aumento da oferta, decorreu um acréscimo considerável nos preços dos materiais de construção.

De maneira que se pode concluir que novamente essa até então nova política habitacional não conseguiu atender às famílias de baixa renda. E permanecia a preocupação com as condições precárias de moradia de uma parte da população, que levam a situações desfavoráveis à coletividade.

No período de 1956 a 1961, sob o governo de Juscelino Kubitschek, o Brasil vivencia significativa intensificação no processo de industrialização e, com ela, maior crescimento populacional e, conseqüentemente, mais demanda por moradia.

Já em 1961, diante da escassez de recursos, a FCP começa a limitar suas ações. E no período subsequente, de 1962-1964, passa a ser vista como órgão ultrapassado (MELO, 1990).

No âmbito da cidade do Recife também se insistia na política de remoção e reconstrução. A Liga Social Contra o Mocambo foi reformulada em 1945 e passou a se chamar Serviço Social Contra o Mocambo; mantinha suas finalidades originais de

construções de casas higiênicas e populares, destinadas às classes de baixa renda, e acrescentava-se a competência de propagar os bons costumes e o bem-estar, promover consciência dos deveres cívicos e profissionais, proteger a família, orientar o movimento operário, etc. (LIRA, 1994). Fatores esses, consonantes com a ideia da habitação como condição básica para reprodução do trabalho, tal qual vinha sendo colocado no cenário nacional.

Mas, assim como a FCP, também não conseguiu atender à demanda a que se propôs. Relatórios da Liga Social Contra o Mocambo (1942) indicavam que, entre os anos de 1939 e 1945, foram demolidos 14.597 mocambos e somente 6.173 unidades novas foram construídas. E mesmo com a reformulação de 1945, inúmeras famílias ficaram sem casa depois dessas ações de cunho "social".

Embora se verifique as dificuldades de atuação dos programas, salienta-se a importância de todos eles no decorrer dos anos, os impactos produzidos na conformação socioespacial das cidades e os avanços posteriores.

5. Política pública habitacional em 1960 e a provisão pública

O início da década de 1960 é marcado por um arrefecimento do processo de industrialização, pós Juscelino Kubitschek e aumento da insatisfação da população com as condições urbanas oferecidas, principalmente a de mais baixa renda.

A pressão por respostas do Estado aumentam em um contexto de Guerra Fria, em que a então União Soviética criticava duramente a política imperialista, adotando uma linha mais nacionalista, sem divisão de classes, tendo como representante mais próximo, a Cuba de Castro.

Nesse contexto do Brasil, mas que é similar com outras realidades de países de América Latina, surge o programa Aliança para o Progresso que será melhor abordado a seguir.

5.1. O programa Aliança para o Progresso

Aliança para o Progresso foi um programa norteamericano, de ajuda econômica externa, direcionado à América Latina para reformas sociais. Foi idealizado nos primórdios da administração do Presidente Kennedy e lançado em agosto de 1961, na Conferência de Punta Del Este. Naquela ocasião, definiu-se que a aliança dos países deveria ser voluntária, e aos mesmos caberia a formulação de planos para desenvolvimento nacional adequados ao desenvolvimento da estrutura, esboçados pela ajuda americana. Em novembro do mesmo ano, instaurou-se a *United States*

Agency for International Development (USAID) com o objetivo de constituir o eixo mobilizador das operações (AVILA DE MATOS, 2008).

O programa estava carregado de idealismo e era resultado da preocupação nascida em meados da década de 1950, com uma possível ameaça do bloco comunista. Temiam que os setores reprimidos da sociedade, uma vez que não eram atendidos pela política vigente, escolhessem o comunismo, no lugar da democracia (americana) ou que os comunistas explorassem o tumulto e agitação. Desse modo, sentindo-se pressionados a conferir nova resposta aos problemas de moradia da população pobre, abriu-se um novo campo para a produção intelectual, que trouxe a questão da modernização das sociedades em desenvolvimento. Colocava-se como ideal a ser seguido pelas sociedades em desenvolvimento, o exemplo de uma América industrializada, democrática, próspera e estável (RIBEIRO, 2006).

Dreier (1962) acredita que o programa seria indispensável mesmo sem uma ameaça comunista e que se formulou em grande parte, sem referência ao comunismo castrista. Esse programa foi muitas vezes comparado ao plano Marshall, o referido plano de ajuda econômica a Europa, pós Segunda Guerra, que tornou possível a recuperação de um sistema industrial já avançado, onde era grande a capacidade de modernizar. No entanto, Dreier (1962) coloca que os países europeus sabiam o quê devia ser feito, e como fazê-lo, ao passo que os países latinoamericanos apresentavam carências no nível técnico, limitada experiência industrial e graves obstáculos de natureza social, sendo necessária primeiramente a compreensão da natureza profunda e complexa dos problemas a serem enfrentados.

Em síntese, o governo dos Estados Unidos da América objetivava reformas nas estruturas sociais, políticas e econômicas latinoamericanas, através do redirecionamento de fluxos de recursos técnicos e financeiros partindo do mundo desenvolvido para o mundo em desenvolvimento. Os investimentos se deram principalmente no setor educacional e habitacional. A educação era entendida como o instrumento principal para qualificação dos recursos humanos, de forma a criar "sistemas educacionais" adaptados ao desenvolvimento econômico e social vigente (AVILA MATOS, 2008). Enquanto a habitação era compreendida como segurança, de tal modo que projetos de autoconstrução obtiveram novo destaque no início da década de 1960 na América Latina, exatamente sob o patrocínio da Agência Aliança do Progresso (BURGESS, 1991).

Como mencionado, o programa chega ao Brasil em um ambiente de instabilidade política, crise do desenvolvimento, em decorrência de arrefecimento do processo de industrialização e crescimento da mobilização popular, no ano de 1961.

Com a perda de força do processo de industrialização passou-se a acreditar que o desenvolvimento não se traduzia apenas em uma questão de industrialização, mas requeria transformações sociais e institucionais mais profundas para que se alcançasse um estágio econômico e social superior (RIBEIRO, 2006).

Havia como já exposto, uma preocupação externa crescente com a força da ideologia comunista, e todo país que assumisse qualquer postura que fosse tendenciosa a esses ideais, principalmente os da América Latina, pela proximidade com Cuba, que liderava a revolução no continente, tornou-se alvo das políticas de ajuda externa dos Estados Unidos, que almejavam conter o avanço do comunismo.

No Brasil, os grupos se dividiam, sendo uns contrários à ajuda externa e outros que não apresentavam, em princípio, resistência ao auxílio financeiro norteamericano (Ibid.). De modo que pressionava o programa a demonstrar que conseguia atender as demandas da população, inclusive da mais baixa renda sem, para tanto, usar da demagogia do discurso comunista. Objetivando, por assim dizer, arrefecer a mobilização e conseguir, se possível, apoio.

Uma vez implantado no Brasil, aponta-se que o Nordeste era considerado uma região explosiva, tanto pelos altos níveis de concentração da pobreza quanto por ser considerada a região onde a ameaça comunista teria se materializado, tendo ainda a cidade do Recife como o epicentro das preocupações e ações da Aliança para o Progresso (PEREIRA, 2005). Dentre as ações destaca-se a construção de um conjunto habitacional chamado Vila Aliança, no bairro IPSEP, que tem como via principal, a Av. Presidente Kennedy, uma clara alusão ao programa.

Ribeiro (2006) ressalta o fato de Pernambuco ser o principal palco de ações das ligas camponesas e centro da radicalização política no Nordeste. Diante da conjuntura eleitoral no ano de 1962, com o objetivo de apoiar Cid Sampaio na luta eleitoral, criou-se um pesado programa de construção de escolas no estado. Ainda assim, Miguel Arraes saiu vitorioso – mesmo que por pequena diferença – e afligiu ainda mais os que temiam os ideais comunistas e perturbou principalmente o governo norteamericano.

Assim que eleito, Arraes afiançou que em sua administração não iria negociar diretamente com qualquer governo estrangeiro e ressaltou o papel da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que respondia pelo governo federal no Nordeste. De modo que, por volta de junho de 1963, o programa Aliança para o Progresso encerrou temporariamente suas atividades em Pernambuco, criticando que a administração não respeitava várias cláusulas do acordo (Ibid.).

No âmbito latinoamericano perdurou ainda até 1969, em um momento que ficava claro que os EUA só podiam ter influência superficial na vida social e econômica dos países beneficiados, uma vez que necessitavam de reformas em suas estruturas para alcançar maiores resultados. Mas, fundamentalmente, foi extinto por decisão de Richard Nixon, que considerava a agenda da Aliança democrata demais para ser defendida por um republicano (RIBEIRO, 2006).

A questão que se faz relevante discutir é que, enquanto a proposta americana objetivava claramente refazer a América Latina, inclusive o Brasil, a sua imagem e semelhança – à medida que se considerava o exemplo do desenvolvimento e da modernização – terminou por auxiliar a construção e direcionamento do caminho brasileiro para suas próprias políticas habitacionais (HOGAN, 1987).

Os próprios golpes de Estado que foram se dando nos anos subsequentes contaram com grande incentivo e apoio das políticas do governo dos EUA. E, no Brasil, não foi diferente, antes mesmo do dia 31 de março de 1964, Pereira (2005) afirma que o governo estadunidense já incitava a derrubada de qualquer ideal que se aproximasse do comunismo e financiou a oposição ao governo Goulart.

De maneira que muitas reformas do período imediato à tomada do regime militar, de 1964-1967, tiveram uma forte influência do programa, sendo possível citar a reforma fiscal, a criação do Banco Central, a criação de fundos de poupança para investimento na área da habitação, a reforma agrária, a reforma educacional. Influência esta que reverberou ainda nos anos seguintes, uma vez que ajudou a difundir a ideia de planejamento econômico e, principalmente, a noção de que o Estado deveria cumprir um papel na racionalização da produção.

5.2. A até então nova política pública habitacional do Estado brasileiro

Com o golpe de 31 de março de 1964 e a tomada de poder pelos militares, estava instalada a ditadura de direita no Brasil. Andrade e Azevedo (1980, p. 57, grifos do autor) afirmaram que os novos “donos do poder” dariam feição diversa à política habitacional.

A proposta de nova política pública habitacional pode ser identificada com a suspensão, no mesmo ano, da medida de congelamento de preços de aluguéis urbanos, que passou a ser subsidiado por leis federais que regulariam as relações entre locadores e locatários. E culmina com a criação, pelo regime militar, do Banco Nacional de Habitação (BNH), integrado ao Sistema Financeiro da Habitação (SFH). Também em 1964, o governo militar instituiu o Estatuto da Terra, que veio alterar a

vida no campo e impulsionou a transferência massiva do homem do campo para a cidade (BORZACHIELLO, 2002).

Este é um momento importante para o regime e para todo o cenário de políticas públicas habitacionais. Para o novo regime, era a oportunidade de dar provas de que era capaz de enfrentar problemas sociais. Para as políticas públicas, é a partir daí que o Estado assume para si a responsabilidade de prover condições de moradia para a população de baixa renda e será determinante para etapas posteriores.

Como se pode observar nessa fase, o BNH é o sinônimo dessa presença estatal no setor habitacional.

Para implementar os programas habitacionais de interesse social, o BNH designava agentes promotores, como as Companhias de Habitação – COHABs – empresa de economia mista, sob o controle acionário dos governos estaduais e municipais, direcionadas a atender as famílias de baixa renda, de 0 a 3 salários mínimos. Entretanto, o processo construtivo seria de responsabilidade de empreiteiras privadas, contratadas para este fim.

De modo que se firmou, no país, um mercado dinâmico de acesso à casa própria, assentado sobre um sistema especializado no crédito habitacional (ARRETCHE, 1990; SANTOS, 1999). Dinâmico e segmentado, porque, de um lado, permanecia o atendimento aos setores de média e alta renda por um mercado, enquanto outro mercado estaria voltado para os setores de baixa renda.

As cidades brasileiras passam, assim, a ocupar o centro de uma política destinada a mudar seu padrão de produção. A drenagem de recursos financeiros para o mercado habitacional, em larga escala, ocasiona a mudança no perfil das grandes cidades com a verticalização dos edifícios de apartamentos.

Em Recife, o estoque produzido se dá sob o formato de numerosos conjuntos habitacionais padronizados e com parâmetros construtivos semelhantes aos aplicados em todo o país, sem qualquer participação da população nos processos decisórios. A escolha da localização dos conjuntos pela COHAB-PE, estava atrelada às propostas de expansão urbana elaboradas pelo estado, que objetivavam disciplinar o crescimento urbano (SOUZA, 1990).

Mas percebe-se também que a escolha se dava em função do custo do metro quadrado do terreno, de modo que nessa fase, muitos conjuntos são implantados praticamente nos limites de Recife com outros municípios. O que dará início a conurbação da cidade e a caracterização de região metropolitana.

Mas, como as fontes de recursos do banco e, conseqüentemente, do sistema dependiam da capacidade de arrecadação do SBPE e do FGTS, estavam vulneráveis a

flutuações macroeconômicas. Além disso, o SBPE dependia de quanto os aplicadores investiam, enquanto que o FGTS, por ser a arrecadação compulsória, dependia diretamente do nível do emprego dos trabalhadores.

Assim, o sistema entrou em crise profunda, em uma época em que a política econômica assumiu traços recessivos (ARRETCHE, 1990). De tal modo que, em 1986, o BNH foi extinto e suas principais atribuições foram repassadas para a Caixa Econômica Federal.

6. A transformação da cidade pela política habitacional

As políticas habitacionais se não resolveram o problema da habitação, produziram transformações significativas na cidade, consolidando de alguma forma a sobreposição do urbano sobre o rural.

Os efeitos produzidos na morfologia urbana e rural na cidade do Recife nessas seis primeiras décadas do século XX foram bastante expressivos. Andrade (1979, p. 94) afirma que “Nesse período, os arrabaldes mais ou menos isolados, foram se expandindo como manchas de óleo, ocupando áreas menores e expulsando as atividades rurais”. Ora em virtude ao atendimento a construção novas habitações das políticas habitacionais via mercado, mas em terrenos baratos, ora via autoconstrução, à revelia do Estado.

A área rural ia diminuindo a passos mais largos, bem como as áreas preservadas compostas de ambiente natural. Segundo ZANCHETI (1993, p. 70), entre a década de 1940 e 1950, embora com intenso crescimento, manteve-se um equilíbrio entre a ocupação urbana e o ambiente natural de suporte da cidade, mas esse equilíbrio veio a ser rompido na década de 1960, e acentuado nas décadas seguintes.

Esse mesmo cenário se reproduz em escalas e espaços temporais diferentes nas demais cidades do Brasil. Além da imagem das cidades, mudou também o mercado fundiário. O termo propriedade que durante séculos assumiu um caráter absoluto e individualista, apenas em anos recentes, a partir de 1918, e efetivamente com a Carta Magna de 1934, voltou a ser medido pelo atendimento aos interesses coletivos, devendo obedecer a uma função social. Em 1967, a função social da propriedade foi elevada ao status de princípio da ordem econômica e social, como se pode perceber na citação a seguir: “A ordem econômica fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos uma existência digna, conforme os ditames da justiça social, observado os seguintes princípios: (...) III – função social da propriedade. Art. 170” (RICCITELLI, 2005).

No entanto, o financiamento imobiliário desse período não conseguiu impulsionar a democratização do acesso a terra por meio da instituição da função social da propriedade. A atividade produtiva imobiliária não se sobrepunha às atividades especulativas.

Governos municipais e estaduais optaram por colocar a população pobre em áreas afastadas e desprovidas de infraestrutura e serviços, oferecendo prejuízos aos moradores e à sociedade como um todo, no lugar de se priorizar a reabilitação dos vazios urbanos, através da aquisição de terras para compor o estoque público.

O mercado, mesmo com uma maior regulação estatal características dessa década de 1960, também não atendeu à maior parte da população de baixa renda que buscava moradia nas cidades, priorizando novamente as classes médias a altas, que representavam as classes que teoricamente deveriam dar retorno financeiro para aquecer e manter o sistema.

O que é bem característico do que vem acontecendo nesta época, em vários países embasados pelo processo decisório de cima para baixo, no qual quem decide o que fazer, onde e como fazer é o Estado.

Há de se reafirmar que esse modelo de processo decisório foi também característico dos períodos anteriores, mas nessa fase, como já mencionado, o Estado assume uma postura de intervenção ainda mais direta.

Assim, essa postura assumida de forte intervenção estatal, mas burocrática e com um modelo de enormes conjuntos padronizados e massificados, que não correspondiam frequentemente aos anseios da população beneficiada, foi fortemente criticada. Enquanto isso, as invasões, ocupações e autoconstruções por iniciativa individual do pobre urbano continuaram crescendo em níveis, no mínimo, preocupantes.

De modo que se apontava para uma insuficiente ação estatal, bem como para seu caráter socialmente seletivo e, por conseguinte, excludente. Ao mesmo tempo em que, com a crise externa do modo de produção fordista e o enfraquecimento do Estado do bem-estar social, diminuiu, de maneira significativa, a alocação de recursos para a promoção de novos programas habitacionais, além de haver menos comprometimento de recursos com o estoque de moradias produzido, propiciando a deterioração física dos conjuntos habitacionais (FARAH, 1990).

No entanto, há de se reconhecer a contribuição bastante positiva desse período. Melo (1988) destaca a construção de 4,8 milhões de unidades; o grau de participação do SFH no conjunto de produção habitacional, aproximadamente 25% das unidades residenciais produzidas no país (incluindo nessa porcentagem os

mecanismos de produção informal) foram viabilizadas por essa política habitacional adotada no seu início.

7. Considerações finais

No Brasil, após os vários momentos políticos e econômicos traçados neste trabalho, hoje se assume o princípio de Estado Democrático de Direito, através da Constituição Federal de 1988, que institui a participação social e tem como fundamentos: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.

Mas, como se pode observar, por muitos anos a política pública habitacional tomando como abordagem o processo decisório de cima para baixo esteve muito distante da população e do seu modo de viver, e assim tentava impor hábitos que não faziam parte do cotidiano das pessoas, sendo essa uma das principais razões apontadas para seu insucesso.

O Estado populista já tinha observado essa necessidade de se ligar ao movimento de reivindicações populares para poder desempenhar as suas funções de elo entre o Estado e as massas, como sendo uma tentativa de resposta à crise do Estado, que vinha desde os anos 1930. Mas aceitou legitimar a problemática da população da periferia através do uso de alguns aspectos de um fenômeno peculiar chamada de "democratização via autoritária", expressão utilizada por Weffort e Touraine, ouvindo massas populares sem qualquer organização política capaz de representar a sociedade (MOISÉS, 1985).

Ainda assim, mesmo sem uma participação real da população, o Estado populista desempenhou importante papel dando início à discussão em torno necessidade de intervenção do Estado, a partir da verificação de que a população de baixa renda não teria condições de ter acesso a uma moradia digna, sem algum tipo de apoio governamental.

Passou então a exigir cada vez mais a intervenção dos organismos públicos, a nível local e a nível global. E o que no início da década de 1930 seria uma ação provisória para corrigir as falhas do mercado, levando-o a atuar melhor, foi se tornando gradativamente uma ação permanente e sempre alvo de reformas nas políticas públicas nos anos seguintes para melhor cumprir esse papel.

A mudança de postura do Estado nacional, iniciada em 1930 vai se efetivar em 1960, quando o Estado assume para si a responsabilidade sobre a provisão habitacional, que até então se dava por provisão privada com subsídio estatal, entendendo a habitação como condição para a reprodução do trabalho.

Trata-se de um importante avanço para a política habitacional, no entanto, como se pôde ver neste trabalho, a habitação pública ou subsidiada pelo Estado, pouco chegou às mãos daquele que morava em áreas precárias, na maioria das vezes foi absorvida pela classe média, funcionários públicos ou recém-formados, funcionando como primeira residência. Ainda assim, há de se afirmar que o Estado atendeu a uma demanda, embora não fosse a que ele declaradamente se dispôs a princípio.

Como se pode notar esse período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960, é de grande relevância para a primeira geração de políticas habitacionais no país, e influenciou as políticas urbanas e habitacionais desenhadas nas últimas cinco décadas tendo por paradigma, a princípio, maior presença estatal, que nos anos mais recentes ora tem se dado de forma mais direta, ora mais indireta, também por influência dos ideais neoliberais e das parcerias público-privadas.

Após a extinção do BNH e redirecionamento das suas funções para a Caixa Econômica Federal, revela-se uma crise institucional e um desnorreamento das proposições estatais e tem-se uma lacuna significativa no âmbito de orientação de políticas habitacionais estatais que dura quase 20 anos, sendo retomada no ano de 2003, com a criação do Ministério das Cidades.

Nesse período, surgem inúmeros programas alternativos de propostas a nível local que passam a ter desempenho superior ao sistema convencional estatal, embora apresente baixo resultado quantitativo. A cidade do Recife, por exemplo, é uma das pioneiras a reconhecer como viável a solução de morar do pobre e propor a regularização fundiária e urbanística das áreas ocupadas, alternativa que começa a ser replicada no restante do país, em um contexto de alteração de reformas estruturais pelo processo decisório de cima para baixo, para de baixo para cima, ou seja, contando com a participação e experiência de vida da população a ser beneficiada.

Hoje, vive-se novo momento com ênfase na construção de novas unidades através de financiamento para baixa e média renda, por meio de parceiras público-privadas. A questão que já se impõe, trata-se da decisão da localização, que vem determinando cidades dispersas, com novas direções de expansão, o que demandará extensão da infraestrutura, além de outras questões que não cabe levantar nesta pesquisa.

8. Referências

- ANDRADE, Luís Aureliano; AZEVEDO, Sérgio (1980). **Habitação e Poder**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- ANDRADE, Manuel Correia (1979). **Recife: problemática de uma metrópole de região subdesenvolvida**. Recife: Universidade Federal de Pernambuco. Editora Universitária.
- ANTONINI, Vanessa Lara (2007). Do Desenvolvimento à Governabilidade: a Trajetória do Banco Mundial nos Países em Desenvolvimento. **Revista eletrônica Política e Gestão Educacional**. N.º 4. Unesp. Araraquara.
- ARRETCHE, Marta (1990). Intervenção do Estado e setor privado: o modelo brasileiro de política habitacional. In: **Espaço e Debates**, v.12, n. 31, p. 21-36.
- AVILA DE MATOS, Eloiza (2008). O programa "Aliança para o Progresso": o discurso civilizador na imprensa e a educação profissional no Paraná – Brasil. In: **Simposio Internacional Proceso Civilizador, 11., 2008, Buenos Aires.Anais...** Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires, p. 359-367
- BONDUKI, Nabil (2004). **As origens da habitação social no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 344p.
- BORZACCHIELLO, José (2002). Cidadania, lugar e globalização. In: VALENÇA, Márcio; GOMES, Rita (Org.). **Globalização e desigualdades: breves considerações**. Natal: A S Editores, p. 136-151.
- BRASIL (2010). Decreto-Lei nº 9.218 de 1º de maio de 1946. Autoriza a instituição da "Fundação da Casa Popular. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-9218-1-maio-1946-417087-norma-pe.html>>. Acesso em 11 abr. 2010.
- BURGESS, Rod (1991). Helping some to help themselves. In: MATHÉY, Kosta (ed.) **Beyond Self-help housing**. London; New York: Mansell; München: Profil- Verl.
- COHN, Amélia (1981). **Previdência Social e Processo Político no Brasil**. São Paulo: Moderna.
- CORTI, Ana Paula (2005). Estado Novo (1937-1945): A ditadura de Getúlio Vargas. In: **Especial para a Página 3 Pedagogia & Comunicação**.
- DE SOUZA, Flávio A. M (1994). **Participation and empowerment in urban housing programmes for the poor. The relevance of international experiences for Brazil**. Dissertação de mestrado. Join Centre for Urban Design, Oxford Brookes University, 101p.
- DOS SANTOS, Caroline G (2011). **De cima para baixo, de baixo para cima e de baixo para cima. Intervenção estatal e investimentos habitacionais em assentamentos de baixa renda do Recife**. Dissertação de mestrado – Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 232p.

DREIER, John C. (Coord.) (1962). **A Aliança para o Progresso**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura.

FARAH, Marta S. F (1990). Público e privado na provisão de habitações nos países centrais. In: **Espaço e Debates**, v. 12, n. 31, p. 10-20.

FERREIRA, João Sette Whitaker (2009). O processo de urbanização brasileira e a função social da propriedade urbana. In: SANTA ROSA, Júnia; DENALDI, Rosana. (Org.). **Curso à Distância: Planos Locais de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Ministério das Cidades, v. 4, p. 2-30.

FREYRE, Gilberto (1951). **Sobrados e mucambos**. Rio de Janeiro: José Olympio.

GILBERT, Alan; GUGLER, Josef (1992). **Cities, Poverty and Development: Urbanization in the Third World**. Oxford: University Press, Oxford, 352p.

GOMES, Angela de Castro (1999). Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce (Org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV, p. 53-72.

HOGAN, M. J (1987). **The Marshall Plan**. Cambridge: Cambridge University Press.

IANNI, Octávio (1989). **A formação do estado populista na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

LIRA, José Tavares C (1994). A construção discursiva da casa popular no Recife (década de 30). In: **Análise Social**. V. XXIX, nº 127, p. 733-753.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A (1983). **Implementation and public policy**. Chicago: Scott Foresman.

MELO, Marcus André (1990). Política de habitação e populismo: a Fundação da Casa Popular 1946-1964. RUA. **Revista de Arquitetura e Urbanismo**, v. 3, p. 39-62.

MELO, Marcus André (1988). The State, the housing and the building industry in Brazil, 1940-1987. Trabalho apresentado na conferência **Reestruturação Urbana: tendências e desafios**. Rio de Janeiro.

MOISÉS, José Álvaro (1985). O Estado, as contradições urbanas e os movimentos sociais. In: MOISÉS, José Álvaro et al. **Cidade, povo e poder**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, p.14-29.

PEREIRA, Henrique (2005). **Criar ilhas de sanidade: Os Estados Unidos e a Aliança para o Progresso no Brasil**. Tese de Doutorado. Doutorado em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP.

PONTUAL, Virgínia (2001). Tempos do Recife: representações culturais e configurações urbanísticas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 21, n. 42, p. 417-434.

RELATÓRIOS DA LIGA SOCIAL CONTRA O MOCAMBO (1942), julho/1941 a julho/1942. Recife: Imprensa Oficial.

RIBEIRO, Ricardo (2006). **A Aliança para o Progresso e as relações Brasil – EUA**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas.

RICCITELLI, Antônio (2005). **Função social da propriedade**. In: Lopes Pinto, Nagasse – advogados. Disponível em: <<http://www.lopespinto.com.br/adv/publier4.0/texto.asp?id=374>>. Acesso em: 02 set. 2010.

SANTOS, Cláudio Hamilton M (1999). **Políticas Federais de Habitação no Brasil: 1964/1998**. Brasília: IPEA, julho.

SOUZA, Maria Ângela A (1990). **Habitação: bem ou direito? As condições de acesso a habitação popular analisadas a luz da atuação da COHAB-PE na RMR**. Dissertação de mestrado – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, 187p.

VALLADARES, Lícia P (2005). **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 204p.

ZANCHETI, Sílvio Mendes (1993). A Valorização da paisagem no meio ambiente urbano. In: **Anais do Seminário Questões Ambientais Litorâneas**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo/USP, p. 70.